

Quem leu Pierre Pithou?: O impacto da Renascença francesa sobre a História Visigótica e as representações modernas do passado da Primeira Idade Média¹

Who Read Pierre Pithou?: The Impact of the French Renaissance on Visigothic History and Modern Representations of the Early Medieval Past

Michael J. Kelly

Doutor em História pela University of Leeds (2014)

Diretor e membro fundador da rede e da revista *Networks & Neighbours*
(www.networksandneighbours.org)

hymjk@leeds.ac.uk

Enviado em: 31/07/2015

Aceito em: 10/04/2016

Resumo:

O *Conhecimento Histórico* é um projeto lógico que se baseia em si mesmo após sucessivas gerações. Problematicamente, essa teoria da história serve como um aspecto fundacional da metodologia histórica do século XXI. O impacto da historiografia moderna sobre o passado da Primeira Idade Média, como na formação dos mitos europeus de identidade, ideologias nacionalistas e outros conceitos extremos sociais e políticos, tem sido bem estabelecido por eruditos como Patrick Geary, Jocelyn Hillgarth e Ian Wood. Neste *paper*, eu sugiro que nós devemos alcançar novamente a “nova história” do século XVI da Renascença francesa para encontrar o pano de fundo sobre o qual os eruditos modernos iriam construir seu prisma de olhares da Primeira Idade Média. Eu proponho isso a partir da história de um texto, o *Código Visigótico (Liber Iudiciorum)*, a grande narrativa legal-histórica da Ibéria do século VII, a partir de sua publicação em Paris (1579) por Pierre Pithou. Essa interrogação irá revelar as primeiras origens modernas de representações históricas modernas, além de demonstrar o duradouro impacto dessas origens tanto na historiografia do século XXI quanto no método histórico. A partir disso, eu irei também sugerir uma teoria história enraizada pelos métodos do conhecimento histórico.

Palavras-chave: Pierre Pithou – Liber Iudiciorum – Primeira Idade Média – Historiografia – Teoria da História – Teoria da História – Filosofia da História

Abstract:

Historical knowledge is a logical project that builds upon itself by successive generation. Problematically, this theory of history serves as a foundational feature of twenty-first-century historical methodology. The impact of modern historiography of the early medieval past on the formation of European myths of identity, nationalist ideologies and other extreme social and political concepts has been fairly established by scholars such as Patrick Geary, Jocelyn Hillgarth and Ian Wood. In this paper, I suggest that we must reach back to the ‘new history’ of the sixteenth-century French Renaissance to find the figure-ground upon which modern scholars would construct their prism for seeing the early Middle Ages. I do this by following the history of one text, the Visigothic Code (*Liber Iudiciorum*), the grand legal-historical narrative of seventh-century Iberia, from its publication in Paris, in 1579, by Pierre Pithou. This interrogation will reveal the early modern origins of modern historical representations, and demonstrate the lasting impact of those origins on twenty-first-century historiographies and historical method. From this, I will also suggest a historical theory ungrounded by methods of historical knowledge.

Keywords: Pierre Pithou – Liber Iudiciorum – Early Middle Ages – Historiography – Theory of History – Philosophy of History

¹ Conferência proferida na Universidade de São Paulo em 05 de Outubro de 2015, promovida pelo Laboratório de Estudos Medievais (LEME-USP) e pelo Laboratório de Teoria e História da Imagem e da Música Medievais (LATHIMM-USP). Agradecemos ao Dr. Michael Kelly por generosamente ceder o *draft* da Conferência para publicação. Tradução a cura do Prof. Me. Renan Birro (UNIFAP/USP).

Introdução

Profundamente embebido em batalhas religiosas e políticas de seu tempo, os eruditos franceses do início da Era Moderna desenvolveram histórias alternativas que esgarçaram seu presente das percebidas continuidades com a vizinha Idade Média. Buscando legitimade histórica para a nova e futura França que eles visionavam, eles se voltaram à restauração dos textos antigos e da Primeira Idade Média. Eles inventaram nomes, títulos, significados e histórias que poderiam adequar suas intenções historiográficas e paradigmas teórico-metodológicos. Um famoso caso é a criação de “Fredegário” como o autor de um conjunto anônimo de crônicas dos séculos VII e VIII. O nome é primeiramente atestado na *Recueil des Antiquitez Gauloises et Françoises* de Claude Fauchet, impresso em 1579, o mesmo ano da primeira edição do *Liber Iudiciorum* e da *De Origine Gothorum* de Isidoro, aos cuidados de Pierre Pithou¹.

Essas decisões editoriais iniciais ajudaram a cimentar a tradição historiográfica moderna sobre os textos da Primeira Idade Média que, por ironia, conforme a busca pela autoridade e autenticidade, nunca mais foram removidos de seus ambientes medievais primevos².

No caso da história da Primeira Idade Média Ibérica, a erudição calvinista procurou capitalizar sobre a prolífica produção histórica e legal dos escritores visigóticos, além de seus métodos para unir a História e a codificação legal via graças à Teologia. O reino visigótico da Primeira Idade Média Ibérica foi uma sociedade transicional ou transformativa. Sobre isto há uma variedade de autoridades religiosas em competição, atividades e crenças, cada qual permeando com as identidades imaginadas tradicionais e contemporâneas. As pessoas desses grupos poderiam frequentemente entrar em conflito com as outras em vários níveis locais. Em outros tempos, as vizinhanças religiosas, étnicas e políticas poderiam ser violentamente confrontadas pelo monarca, que era um novo converso ao Catolicismo. Como produto da deliberação entre redes, o *Liber Iudiciorum* é o primeiro código legal perpetrado por um rei católico, num reino católico da Península Ibérica, promulgado pelo rei Recesvinto em Toledo (654). A partir da mudança e dos tempos assustadoramente perigosos, mas também da situação histórica diversa na perspectiva religiosa, linguística e cultural, foi produzida mais literatura em época do que seria produzido na Península Ibérica após séculos; o período foi apelidado

de “Renascença Isidoriana” por Jacques Fontaine (1959), que eu criticamente reavaliei e rebatizei como “Momento Isidoriano” em minha tese de doutorado (2014)³.

Os eruditos da Renascença francesa tinham muitas razões para admirar o ambiente ibérico que deu origem ao *Liber Iudiciorum*. Acima de tudo, o que eles acharam interessante foram os impressionantes textos históricos e legais, os manuscritos a partir dos quais eles poderiam subjetivamente escolher, editar, renomear, reorganizar, imprimir e publicar pela primeira vez. Como se propositalmente reencenassem a história legal do Império Romano e de seus estados sucessores em ordem cronológica, em 1555 Louis Le Caron publicou seu *Ad leges duodecem tabularum (Leis romanas das Doze Tábuas)*, em 1566 Jacques Cujas publicou o *Codex Theodosianus*, em 1571 Pierre Pithou publicou as *novellae* (novas leis) dos imperadores romanos Teodósio, Valentiano, Majoriano e Antêmio. Em 1576 Guillaume Budé e Jacques Cujas publicaram o *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano. Emblemático pelo seu labor, em 1579 Pierre Pithou publicou a primeira edição do *Liber Iudiciorum*.

O *Liber Iudiciorum* (doravante denominado LI) foi massivamente publicado e lido desde a publicação de Pithou. Acadêmicos rapidamente adicionaram e cortaram textos e seções dele para adequar às suas narrativas políticas alternativas. Cada vez que uma cópia ou edição do LI foi impresso, o texto era levado para além de seu ambiente contemporâneo e entrincheirado em historiografias alternativas, que estabeleceram o LI como uma fundação imaginada para as leis modernas e identidades nacionais: o conhecimento histórico foi uma lógica histórica que estava funcionando do modo reverso para o qual ele deveria operar.

Este conhecimento histórico foi, assim, usado como base por acadêmicos nos séculos XVIII e XIX, que expressavam uma filosofia da história que era, conforme eles afirmavam, hábil para escrever a história objetivamente. Como a erudição das humanidades tem aceitado desde o pós-estruturalismo e o pós-modernismo na virada das décadas de 1960-70, algo como uma filosofia da história objetiva é impossível. Entretanto, a erudição dessas gerações modernas assombra os estudiosos da Primeira Idade Média ibérica atualmente, assim como a lógica empírica “reversa” do conhecimento histórico. A mais recente edição do LI, além da última tradução, foram ambas produzidas durante o período da *República Velha*. Os historiadores do século XXI

reclinam-se sobre essas edições com suas intertextualidades politizadas ahistóricas, “desterritorializantes” e “reterritorializantes”, além de distorções no manuscrito, para tecer suas análises e representações sobre o passado da Primeira Idade Média Ibérica.

Patrick Geary (2002) e Ian Wood (2013) argumentaram sobre as origens da Primeira Idade Média nos séculos XVIII e XIX, elucidando os papéis que a historiografia moderna teve nas representações do passado pré-moderno e no desenvolvimento das ideias europeias de nação⁴. Eruditos modernos engendraram os textos legais com ideologias nacionalistas, como parte de projetos nacionalizantes, como a *Monumenta Germaniae Historica*. Os efeitos da erudição moderna nas identidades europeias, histórias e culturas é evidente; no entanto, as ideias que formaram as historiografias modernas do LI estão enraizadas nos atos históricos da Renascença francesa tardia. Para ilustrar isso, este *paper* foi assentado numa questão abrangente: **quem leu Pierre Pithou?** Mais especificamente, quem leu a edição de Pithou do *Liber Iudiciorum*?

A edição de Pithou do Liber Iudiciorum

Na biografia de Pierre Pithou de 1756, Pierre-Jean Grosley disse que Pithou desejava ofertar ao público uma edição impressa das leis dos visigodos, que até então estava num estado disperso. Pithou estava, assim, atendendo ao chamado de seu antigo orientador e editor do *Corpus Iuris Civilis* e do *Código Teodosiano*, Jacques Cujas, que sugeriu estava sugerindo desde 1566 que a edição erudita do LI era necessária como um complemento para a lei romana e francesa⁵. Pithou dedicou sua edição da LI ao amigo de Cujas, François Roalde⁶.

A edição de Pithou do LI forma o núcleo de seu *Codicis legum Wisigothorum libri XII, Isidori Hispalensis Episcopi de Gothis Wandalis et Sueuis, Historia siue Chronicon*⁷. Com 244 páginas, três cópias iniciais do Codicis foram impressas nos idos de Março de 1579, em Paris, por Sèbastien Nivèlle, um renomado impressor de textos legais e um precoce *protégé* do impressor Charlotte Guillard⁸.

O direito de imprimir o volume foi garantido e confirmado pelo rei Henrique III em 1578⁹. O privilégio real foi impresso com o texto e assinado por Séraphin du Tillet, o

filho de Jean du Tillet, um dos primeiros historiadores da França a usar a pesquisa arquivística extensiva, inaugurar o novo método histórico; seu irmão Louis, por sua vez, abrigou Calvino¹⁰.

Pithou enquadrou o LI como um fragmento das *Guerras Góticas* de Procópio, acerca da origem dos Godos e da de *Origine Gothorum* de Isidoro . A história dos godos é seguida pela versão da *Chronica Regum Visigothorum* que termina com Ervig, e deriva do Ms. Paris 4669 (PP, CRV/LI).

Pithou não tinha acesso aos dois manuscritos mais antigos do LI: Vat. Reg. Lat 1024 e Paris Lat. 4668. Em seus lugares, ele usou o Ms. Paris 4669 (anteriormente Colbertinus 2995), um manuscrito do século X e o mais antigo contendo as leis pós-Recesvinto. A posse do manuscrito por Pithou pode ser vista claramente: nele é possível ver a assinatura de Pithou e talvez outra . Nele é possível ver a nota que o manuscrito provém da biblioteca de Pithou. No centro da página nós podemos ver claramente que o texto passou de Pithou para seu jovem colega e amigo familiar, Jean-Auguste de Thou ¹¹.

Pithou (1579)

Há em todo mundo 24 cópias do *Codicis legum Wisigothorum* (PP, distribuição) de Pithou (1579). Até então eu pude analisar apenas alguns deles, mas a partir deles eu pude iniciar a dedução das linhas de impacto.

British Library (1579, 26.g.7)

Mais extensivamente, eu pude examinar duas cópias de 1579 na British Library. A melhor versão das duas foi catalogada com o nr. 26.g.7.

A capa original foi perdida. Quando ela foi substituída é incerto, mas a atual, que pode ter coberto a original, é do início do século XIX, como pode ser notado pelo selo de George III. Dentro há dois outros selos de George III, sobre a página inicial e a última página do texto do LI . Esses selos indicam que o livro pertencia à Biblioteca Real no tempo de George III (1738-1820), doado entre 1829 e 1836.

Ao seguir adianta no levantamento dos proprietários, a assinatura da página de abertura indica que o primeiro inglês, se não o original, a quem o livro pertenceu. Pela

assinatura, nós podemos deduzir que ele pertencia a Thomas Wentworth, o primeiro Earl de Strafford (1593-1641)¹², um inexpressivo e tirano oportunista da Irlanda, além de um realista contrário ao conflito com a Espanha, Wentworth foi condenado à morte pelos Comuns e executado em Tower Hill¹³. Quando Wentworth pode ter recebido o livro é incerto. Porém, é possível que isso tenha ocorrido no início de 1610, quando ele foi finalizar seus estudos em Paris. Não se sabe o paradeiro do livro após a execução de Wentworth. Ele foi comprado por George III para a Biblioteca Real, um sinal de que não fazia parte do acervo da Velha Biblioteca Real, que foi dada ao British Museum por George II em 1757. Isso sugere que o livro pode ter permanecido com a família Wentworth até meados de 1700. Como ele foi usado e lido e de onde ele veio são mistérios. Pela falta de notas e comentários nas margens, parece que ele não foi muito usado, conquanto não signifique que ele não tenha sido lido.

British Library (1579, 707.i.3)

O proprietário e leitor dessa edição de 1579 de Pithou é particularmente difícil de decifrar. Isso ocorre porque, acima de tudo, a assinatura, ou ao menos o nome escrito do potencial proprietário foi riscado no topo da página de abertura. Ao menos isso indica que essa cópia e o 26.g.7 são, de fato, duas diferentes cópias da mesma edição. Um segundo problema da proveniência e história desta cópia é que ele não mais é um livro único, como o 26.g.7, em sua encadernação original e possivelmente individual. Em 1978 ele foi reencadernado num volume dos Tratos. O encadernador ou o bibliotecário que ordenou sua reencadernação estava confuso sobre o texto de 1579, uma vez que ele foi incorporado como uma parte de um volume posterior, a *Hispania Illustratae* 4 (1608) de André Schott, que discutiremos a seguir. No volume 3 dessa série, impressa em 1606, há uma cópia da edição de 1579, mas é distintamente de 1606 e produzida para a edição de Schott. Não é uma reprodução direta de 1579, como nós podemos ver.

Manchester (1579)

Há uma cópia muito interessante da edição de 1579 na John Rylands Library, na University of Manchester. Eu não pude pesquisá-la a contento até então, mas eu posso dizer que ela pertencia a Jacques-Auguste de Thou até 1617, sugerindo que a edição de Pithou ainda encontrava seu caminho entre os leitores ingleses mesmo após a produção da edição de 1606 de Schott e da edição de 1613 de Lindenbrog.

Cópia da Biblioteca Nacional Sueca (1579)

A relação da erudição sueca com relação ao *Liber Iudiciorum* ainda é estranha para mim. Essa historiografia está relacionada a outra tradição ou eles criaram uma tradição própria? Seja qual for o caso, há uma cópia da edição de Pithou (1579) na Biblioteca Nacional da Suécia. É valioso perceber que ela talvez pertencesse ao historiador francês do século XIX Augustin Thierry (1795-1856). Ele foi um firme antimonarquista e apoiador da revolução de 1830, escreveu uma elegia para Rousseau e foi eventualmente perturbado pelos resultados das fracassadas revoltas de 1848. Seu uso de Pithou (1579) será excitante para explorar.

Agora iremos verificar para as edições pós-1579.

Andreas Schott (Volume, 1606 / 1608)

Esta cópia de 1606, agora na British Library, foi encadernada junto com o volume quarto da *Hispania Illustratae* de André Schott, publicada por Claudium Marnium em 1608, em Frankfurt . O texto de Schott contém várias crônicas e histórias do início do medievo na Hispania, compilada em uma ordem não cronológica: A *Chronicon* de Lucas de Tuy, de Victor de Tunnuna e de João de Bícclaro; a *Chronographia* de Hidácio, a *Martyris opera* de Euglógio e, finalmente, a *medici Hispania sive populorum, urbium, insularum ac fluminum in ea accuratior descriptior* de Luiz Nuñez, publicada um ano antes (1607) em Antuérpia, por Jerome Verdussen.

O volume de 1608 de Schott – com reimpressão do *medici Hispania* de Nuñez e a inclusão da linhagem real de Aragão parece compor um estranho companheiro com o volume de Pithou do LI, com seu background calvinista. Schott foi um Jesuíta, nascido em Antuérpia em 1552. Em 15580, um ano depois que a União de Utrech cerceou o controle católico espanhol na região, Schott fugiu para Espanha. Ele passou algum tempo

em Madrid, Toledo e Salamanca antes de se tornar professor de História e Retórica em Zaragoza, a capital de Aragão. Em 1597 ele retornou para a Antuérpia católica para ensinar grego e começar a escrever a *Hispania Illustratae* em 1603¹⁴.

Schoot reimprimiu a edição de Pithou (1579) de forma precisa, mas sem os privilégios reais e as dedicacões. Enquanto esteve em Paris, Schott fez amizades com Pithou e seu irmão, François. Schott também estava associado com Justus Lipsius, com quem Pithou aprendeu, assim como com Isaac Casaubon¹⁵. Em 1611 Schott e Casaubon terminaram a amizade por uma querela político-religiosa. Alguém pode supor se a versão de Pithou de 1606 em Schott, agora na British Library, seria um traço da influência de Casaubon, e também qual o impacto da briga em Casaubon, após o retorno deste para Lindenbrog.

BL 593.i.7

Uma curiosa reimpressão de Pithou (1579) é o British Library 593.i.7 . Como supramencionado, Schott reimprimiu o LI de Pithou em sua obra *Hispania Illustratae 3* (1606), mas alguém, em algum momento, destacou apenas o texto de Pithou do Volume 3 de Pithou, apensou este ao volume 4 de Schott (1608) e publicou como um volume único, conquanto tenha mantido a antiga paginação. Qual a razão?

O motivo parece estar na encadernação e na capa, ainda originais, por sorte. Aqui nós podemos ver na parte interna da capa com o brasão real dos Stuarts¹⁶. Conforme o arquivista, a insígnia é jacobean e, sendo mais específica, de Henrique, príncipe de Gales. O texto não pode ter sido compilado antes de 1608, mas Henrique ainda dispunha hipoteticamente de bastante tempo para usá-lo. De fato, Henrique estava na primavera da vida, dos 14 anos até sua morte em 1612, aos 18.

A vinda da lei espanhola para a biblioteca da corte pode estar relacionada ao *Spanish Match*, a tentativa de casamento entre o segundo filho de James e futuro herdeiro, Carlos, com Maria Anna, filha do rei Filipe III de Espanha. Seja como for, isso significa que havia ao menos duas cópias de Pithou (1579) nas Ilhas Britânicas em c.1600. Uma delas era exata e independente, pertencente a Thomas Wentworth. A outra foi um texto compósito de “curiosidades” espanholas, pertencentes ao seio real. Isso demonstra dois

importantes ciclos de leitura e potenciais influências políticas para o LI de Pithou, uma vez que ambos imaginaram o LI como uma peça da história espanhola.

Lindenbrog (1613)

É uma ideia ridícula que o LI, um código legal ibérico do século VII, escrito a partir de leis romanas por povos que viviam muitas gerações na Ibérica – talvez até mesmo séculos, ter qualquer conexão com a Germânia ou a história germânica. A conexão entre o LI e a Germânia moderna é uma tradição inventada – via classicismo, antiquarismo e proto-nacionalismo – da erudição que começou mais de 400 anos atrás com a publicação, em 1613, do *Codex Legum antiquarum, in quo continentur leges Wisigothorum* por Friedrich Lindenbrog (1573-1648), publicado em Frankfurt em 1613 por Iohannis e Andrea Marne. Ele representa a primeira edição germânica do LI. Karl Zeumer identificou nove edições do LI antes das duas que ele publicou. Cada edição desde 1613 ele atribuiu à influência germanista de Lindenbrog.

Lindenbrog viveu em Hamburgo. Publicar em Frankfurt foi um significativo e oportuno ato. A partir de 1580, os imperadores eram coroados em Frankfurt. Honrando o novo imperador, Mateus, a edição é prefaciada com uma longa dedicação ao pai de Mateus, o imperador Maximiliano II, e seu falecido irmão mais velho e predecessor imperial, Rodolfo II.

A dedicação foi escrita por Lindenbrog e assinada em Hamburgo, em Julho de 1613. Esta foi seguida pela por uma subvenção (*privilegium*) de publicação, oferecida por Rodolfo II para Lindenbrog. A partir do *privilegium* nós sabemos que Lindenbrog foi um membro da corte e que nós podemos assumir razoavelmente que os imperadores conheciam o volume. Assim se apresenta a razão da subvenção: demonstrar a grandeza dos germanos.

O *privilegium* de Rodolfo é seguido por um *privilegium* prévio, uma autoridade garantida na França pelo rei Henrique IV de Navarra, em 25 de Julho de 1609, em Paris. Este permitia que Lindenbrog publicasse sua coleção de leis, que aqui não são referidas como germânicas, como no *privilegium* de Rodolfo. Isso indica que essa edição circulou pela Europa, por todo Império e França e, como nós sabemos de cópias em Cambridge, também na Inglaterra. Os privilégios também revelam que a monarquia francesa e o

imperador viram o texto funcionando em diferentes caminhos legais e políticos. Na subvenção de Henrique, a utilidade dos textos aos juízes, bailios, probostes, executores da justiça e outros oficiais foi externada na sentença inicial. Por outro lado, a subvenção de Rodolfo II acentua a função ideológico-política do texto.

Após as duas subvenções, há uma dedicação de Casaubon a Lindenbrog. O texto é escrito em grego arcaico (homérico), como percebido por meu colega de Leeds, Ioannis Papadopoulous, que também traduziu o texto¹⁷:

“Com nosso valor, coragem e labor, e zelo inspirador divino,
Ó nação guerreira dos Celtas!
E testemunhas (todas são) as pessoas que habitam o mundo,
Do Oeste, Leste, ou Sul, ou Norte,
Seu milagre é, verdadeiramente, maravilhoso.
Couraça das leis sábias, couraça dos juízes,
Este livro pode testemunhar,
E agora Friedrich tornou a noite escura
Mais brilhante que a luz (do sol)”¹⁸.

Está na edição de Lindenbrog de 1613 o início do maior cisma historiográfico entre a tradição germânica de Lindenbrog e a tradição franco-flamenga de Pithou e Schott. A edição de Lindenbrog contém a dedicação a Pithou, mas ele faz importantes mudanças na concepção do LI. A teoria historiográfica e a filosofia da história de Lindenbrog são bem diferentes de Pithou. Estruturalmente ele remove o LI de seu amplo discurso histórico e insere este no passado histórico legal, a saber, no passado histórico legal germânico. Ele removeu as histórias de Isidoro que introduzem a edição de Pithou e que foram copiadas por Schott e aperfeiçoadas com a sucessão régia de Espanha. Para Pithou, a história social e a lei eram fundamentalmente interligadas, servindo a propósitos similares para a nação. Lindenbrog não via os textos históricos relevantes aos códigos legais. Lindenbrog, ademais, adicionou muitas lais que poderiam ser “germânicas”. A edição começa com o LI, mas após este é possível encontrar a lei dos Lombardos, Burgúndios, Sálidos, etc., colocando o código legal visigótico num contexto alternativo.

Cambridge UL 1613 cópia 1 (J.8.43) & Cambridge UL 1613 cópia 1 (Q.*9-19 [C])

Os ingleses, ao que tudo indica, tinham afeição pela edição de Lindenbrog, pois é possível encontrar na Inglaterra numerosas versões via várias coleções.

Há duas cópias na Biblioteca da Universidade de Cambridge. Uma delas, catalogada sob o nr. J.8.43, é da biblioteca de John Moore, o bispo da vizinha Ely . A coleção de Moore foi comprada pelo rei George I e doada após a morte do primeiro em 1714 para a Universidade, cuja coleção inteira tinha então apenas metade do tamanho da coleção de Moore. Ela está agora na coleção da Royal Library.

A outra cópia, catalogada como Q.*9-19 (C) foi originalmente parte da coleção da Faculdade. Seu selo é mais próximo do de Gonville do que da UL, e não parece ter sido parte da coleção de Moore. O fato da edição Q na UL ter um número de marginalia pode indicar que ela, diferente de outras cópias de Cambridge, foi usada. Eu estou trabalhando agora com os bibliotecários para traçar seus usos nas salas de aula e cursos desde que o exemplar chegou na Faculdade.

Gonville Library, Caius College, Cambridge, 1613 cópia (H.6.26)

A terceira cópia em Cambridge está na Gonville Library do Caius College. As cópias da University Library e da Gonville Library são idênticas. Elas apresentam o mesmo padrão de caracteres e tem o mesmo número de páginas. É razoável que o intrincado selo quadrado das cópias Q e Gonville indicam que elas são de algumas formas conectadas – muito provavelmente ambas como parte da coleção de Moore – mas que foram em seguida separadas.

Lyon, 1613 cópia

A cópia de Lyon está na Bibliotheque du Palais des Arts. Ela tem uma assinatura que inicia com a letra “C” e pode ser de Casaubon, mas eu ainda estou trabalhando nisso. No momento, eu penso que Casaubon pode ser a chave entre as cópias de Lyon e de Cambridge. Pithou providenciava textos de Casaubon a partir de sua biblioteca¹⁹. Casaubon também estava conectado a Lindenbrog, como vemos na dedicação da obra do último. É possível que Lindenbrog recebeu de Casaubon um manuscrito ou uma edição do LI dada a ele por Pithou.

Ademais, enquanto professor na academia de Genebra, Casaubon se tornou amigo de um grande número de estudantes estrangeiros. Um deles foi Richard Thomson, um

friend no Clare College, Cambridge. É possível que uma cópia seguiu para Clare, de Casaubon para Thomson. Casaubon foi para a Inglaterra em Outubro de 1610 com a companhia do lord Wotton de Marley, o irmão de outro amigo de Casaubon em Geneva, Henry Wotton. Um calvinista, Casaubon foi bem recebido em Cambridge, para onde seus mais preciosos livros foram enviados. Seria Lindenbrog ou Pithou parte da coleção? Eu ainda não sei.

1738 *Corpus Germanici Antiqui*: Bye-bye Pithou, bye-bye Visigodos

Entretanto, é perceptível que as edições germânicas dominavam a audiência letrada inglesa no século XVIII, como visto, por exemplo, pela cópia de 1738 usada por Francis Hargrave e comprada em 1813 pelo Parlamento Britânico.

Em Magdeburg, em 1738, Johannes Gottlieb Heineccii e Petrus Georgisch publicaram seu *Corpus Iuris Germanici Antiqui*. Construído a partir do *Codicis Legum Antiquarum* de Lindenbrog, Heineccii e Georgisch rearranjaram o código inteiramente. Em Pithou, o LI é dividido entre a história dos Godos, a qual ele adicionou várias árvores genealógicas de famílias medievais espanholas em 1606. Lindenbrog cortou a história dos Godos e a história da Espanha, moldando o LI com vários códigos “germânicos”. Heineccii e Georgisch foram os primeiros a remover o LI de seu pedestal privilegiado entre os textos do medievo primevo. Eles colocaram as leis Sálidas e Ripuárias primeiro, seguida pela lei dos Alamanos, Bávaros e Burgúndios, Frísios, Anglos e Varnos (Warni), Saxões, Lombardos, e finalmente os Visigodos e Ostrogodos, com um título em letras pequenas.

Conclusão

Na conclusão, vejo diante de mim ainda uma grande parcela de investigação para concluir os objetivos deste projeto. Porém, algumas conclusões iniciais já tomaram corpo.

1. Primeiro, a questão “Quem leu Pierre Pithou?” é válida por duas razões: a) pode nos ajudar a desembaraçar a complexa historiografia do LI. Pela tentativa de responder isso,

nós podemos descobrir o círculo de leitores do LI, o impacto de suas publicações iniciais e as fundações das ideologias que podem removê-la de sua história contemporânea e colocá-la dentro de discursos modernos.

2. Segundo, 1613 marca uma quebra significativa na historiografia do LI. Quando Lindenbrog separou o LI da história, dos textos e edições espanholas – diferente das edições francesas, flamencas e espanholas – ele criou uma herança germânica para o LI no mundo moderno. Essa herança imaginada permanece firmemente ligada à compreensão do LI por eruditos europeus, de Johannes Gottlieb Heineccii e Petrus Georgisch in 1738 até Karl Zeumer, na virada do século XX. Lindenbrog colocou o Li dentro da órbita da história legal, desligado da história social e cultural.

3. Terceiro, o lugar central do LI entre as leis bárbaras, i.e., da lei visigoda, foi negado no século XVIII por eruditos germânicos que diminuíram seu significado; e, pela primeira vez, tentaram se manter distantes de Pithou e das primeiras edições do LI. Eles construíram sobre as tradições nacionais derivadas das preocupações dos primeiros eruditos modernos, enquanto outros, como Montesquieu e Augustin Thierry, permaneceram presos a Pithou.

4. Quarto, é possível notar ao menos três tradições historiográficas modernas sobre o LI: a espanhola, a franco-flamenca e a britânico-germânica. Cada qual imbuiu o LI com ideologias políticas específicas entre o final do século XVI e o início do século seguinte, que podem ter sido tomadas pelos eruditos modernos nas identidades imaginadas, etnicidades e nacionalidades da Europa moderna.

¹ Fredegário é o nome do autor atribuído às crônicas anônimas de um texto do início do século VIII. Para uma edição das Crônicas de Fredegário, ver: *Fredegarii et aliorum chronica, MGH Script. rer. Merov.* II, ed. Bruno Krusch (Hannover, 1888), pp. 1-193. Para uma tradução do livro quarto das Crônicas, ver WALLACE-HADRILL, Michael. *The Fourth Book of the Chronicle of Fredegar*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1960. Para uma discussão de autoria das Crônicas, ver: COLLINS, Roger. *Fredegar In: THOMAS, David Richard; ROGGEMA, Barbara; SALA, Juan Pedro Monferrer. Christian-Muslim Relations: A Bibliographical History (600-900)*, Leiden: Brill, pp. 137-138. O título *Historia Gothorum* circulou bastante desde Grotius e ainda é a forma mais comum dos eruditos fazerem referência ao texto. Sobre o uso da *Historia Gothorum* na *Historia Gothorum Vandalorum Sueborum*, ver: VELÁZQUEZ, Isabel. *Pro patriae gentisque Gothorum statu (4º Concílio de Toledo, Cânone 75, A. 633 In: GOETZ, Hans-Werner; JARNUT, Jörg; POHL, Walter (Eds.). Regna and Gentes. The Relationship between Late Antique and Early Medieval Peoples and kingdoms in the Transformation of the Roman World*. Leiden: Brill, 2003, pp. 161-218; p. 165; neste texto, a autora sugeriu que o *De Origine Gothorum* foi inventada por Braulio. Merrils, por sua vez, disse que o *De Origine Gothorum* frequentemente “referida pelos eruditos modernos como ‘a História dos Godos’ [...] parece ter sido embuída com um significado um tanto diferente no século VII”, mas não elaborou este ponto (*History and Geography*, p.173).

² Em meados do século XVI, Johannus Magnus retrabalhou o *De Origine Actibus Getae* de Jordanes para formar a *Historia de omnibus Gothorum Suenumque*.

³ FONTAINE, Jacques. *Isidore de Séville et la Culture Classique dans l’Espagne Wisigothique*. 2. vols. Paris: Études Augustiniennes, 1959; KELLY, Michael J. *Writing History, Narrating Fulfillment: the “Isidore-Moment” and the Struggle for the “Before Now” In: _____ . Late Antique and Early Medieval Hispania*. Tese. Leeds: Institute for Medieval Studies/College of History/University of Leeds, 2014.

⁴ GEARY, Patrick. *The Myth of Nations: The Medieval Origins of Europe*. Princeton: Princeton University Press, 2002; WOOD, Ian. *The Modern Origins of the Early Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

⁵ Ver: HARRIES, Jill & WOOD, Ian. *The Theodosian Code: Studies in the Imperial Law of Late Antiquity*. London: Bloomsbury, 2010.

⁶ Ver o Prefácio de Zeumer para o LI em sua edição de 1902, p.xix.

⁷ Ver: *Procopii Caesariensis Rhetoris ex lib. VIII...Procopius’ Gothic Wars*, Sobre o *Pontus Euxinius* [Mar Negro] e a origem dos godos.

⁸ O *Edictum Theodorici* foi publicado poucos meses depois (Grosley, *Vie de Pierre Pithou*, 172-79).

⁹ Henrique III foi um católico que, antes de ascender ao trono francês, foi ao campo de batalha contra os protestantes huguenotes. Nos anos que antecederam ao *Codicis Legum Wisigothorum*, a *Liga Católica*, apoiada pela coroa espanhola (Filipe II), pressionou Henrique III a rescindir o Editó de Baulieu, i.e., as concessões aos Huguenotes. O que significou, portanto, a publicação de um livro de leis hispânicas para um rei católico em Paris, em 1579?

¹⁰ Ele não deve ser confundido com seu irmão Jean du Tillet, o bispo de Meaux e editor dos cânones medievais em 1578, publicado na história dos reis de França. Sobre a família du Tillet, ver: MARCADEUX, Claire. *Au coeur du pouvoir: Jean du Tillet, greffier du Parlement de Paris (1530-1570)*, *Revue de l’Association française pour l’histoire de la Justice*, 10, 1997, 81-97; SERIGNY, Antoine Marie d’Hozier de, *Armorial general de la France*, Vols. 1-2. Paris: Paris, 1738. Sobre a “Nova História” na Renascença, ver: KELLEY, David. *Foundations of Modern Historical Scholarship: Language, Law, and History in the French Renaissance*. New York: Columbia University Press, 1970.

¹¹ Sobre os Ms. Paris 4668 e 4669, ver: CARLO, Augustin Millares; DIAZ Y DIAZ, Manuel. *Corpus de Códices Visigóticos*. 2. vols. Canarias: Universidad de educación a distancia centro asociado de Las Palmas de Gran Canaria, 1999, vol. 1, 251, 315.

¹² Outra opção é Thomas Wentworth, *recorder* (juiz) de Oxford e advogado (1568-1628). Ele foi apontado como *recorder* em 1607 e, como juiz, faz sentido ele ter comprado ou comissionado uma cópia do LI de Pithou. NB, diferente do outro Wentworth, era fortemente a favor de uma guerra contra a Espanha.

¹³ Sobre Wentworth, ver: ASH, Ronald. Wentworth, Thomas, first earl of Strafford (1593-1641) *In: Oxford Dictionary of National Biography*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

¹⁴ Ver: BAGUET, M. Notice biographique et littéraire sur André Schott *In: Mémoires de l'Académie Royale des Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts de Belgique*. vol. 23. Brussels, 1849, pp.9-50; ROSWEYD, Heribert, private letters of Casaubon... ; NICÉRON, Jean-Pierre. *Mémoires pour servir à l'Histoire des hommes illustres*, 26. Paris: Chez Briasson, 1734, p.61 *passim*. Para a obra de Shott, ver: *Bibliotheca Scriptorum*. Antwerp, 1634.

¹⁵ VER Baguet, Notice biographique et littéraire sur André Schott, pp. 12-13; NICÉRON, 'Pierre Pithou' *In: Mémoires pour servir à l'Histoire des hommes illustres*, 5, 1728, pp. 41-50.

¹⁶ VER: GOODMAN, Godfrey. *The Court of King James I*. Oxford, 1839.

¹⁷ Casaubon publicou o *Deipnosophists* de Ateneu em 1612, lançando um reavivamento deste texto grego.

¹⁸ "Leis dos reis germânicos", i.e., ΓΕΡΜΑΝΙΚΩΝ ΒΑΣΙΛΕΩΝ ΝΟΜΙΚΟΝ.

¹⁹ KELLEY, *Foundations of Modern Historical Scholarship*, p.247.